

O que o professor deve saber sobre a nominata do dicionário de língua

Félix Bugueño Miranda*

Resumo: Este trabalho apresenta alguns parâmetros que devem definir a nominata de um dicionário de língua. Estes parâmetros constituem um feixe de traços que permitem dar coerência e justificar a presença de cada um dos signos-lemma que constituem dita nominata.

Palavras-chave: macroestrutura, dicionário de língua, parâmetros de seleção.

Resumen: Este trabajo presenta algunos parámetros que permiten definir de manera más coherente a la construcción de un diccionario de lengua. Estos parámetros constituyen una serie de rasgos que permiten la coherencia y la justificativa a la presencia de cada uno de los signos-lemma que componen determinada relación de vocablos.

Palabras clave: macroestructura, diccionario de la lengua, parámetros de selección.

1 Introdução

Uma queixa bastante frequente entre os usuários de dicionários é que o dicionário nem sempre responde às dúvidas dos seus potenciais consulentes. As razões para estes “desencontros” entre a obra lexicográfica e quem a consulta são várias. Uma delas é que o usuário ou não encontra a palavra que procura ou se perde no ato da consulta por ter que fazer uma série de consultas sucessivas (as chamadas “remissões”), sem que essa busca o leve necessariamente a encontrar a resposta para aquilo que procurava. No âmbito

* Doutor em Romanística pela Universidade de Heidelberg, Alemanha. Professor de Língua Espanhola, Instituto de Letras/UFRGS.

escolar, por exemplo, o dicionário não é somente um instrumento de consulta, mas também uma autoridade prescritiva. Um reflexo desse poder é a quantidade de palavras que o dicionário contém (a nominata), fato que leva a supor, erroneamente, que aquilo que não está registrado, não corresponderia ao bom falar ou não merece ser levado em consideração. Ao mesmo âmbito pertencem as propostas ortográficas que o dicionário faz, indicando as formas que considera de mais prestígio que outras. Todos esses problemas reais que o consulente enfrenta obedecem a um princípio teórico de concepção e estruturação do dicionário, chamado de nominata ou “macroestrutura”.

2 Sobre o conceito de Macroestrutura

Com a proposta dos conceitos de *macro-* e *microestrutura* feita por Rey-Debove (1971), a lexicografia ganhou duas importantíssimas ferramentas metodológicas que permitem aprimorar o produto dicionário. No entanto, o conceito de *macroestrutura* proposto por Rey-Debove (1971) dá conta de um único aspecto possível de tudo aquilo que diz respeito à “macroestrutura”. Segundo a autora, macroestrutura é “o conjunto de entradas de acordo com uma leitura vertical”. Tal formulação,

porém, não permite responder satisfatoriamente às seguintes perguntas¹:

- Quantas unidades devem constituir o conjunto de entradas ordenadas?

- Que tipo de unidades constituem ou podem constituir esse conjunto de entradas ordenadas?

- Como dispor esse conjunto de entradas ordenadas?

- Como resolver o problema da escolha entre formas mais legitimadas frente a outras menos legitimadas?

É importante salientar que a literatura especializada não responde de forma integral a essas interrogações. Por outro lado, e para fazer jus à originalidade de Rey-Debove (1971), é necessário salientar que a formulação “conjunto de entradas ordenadas” é o alicerce que permite justamente considerar prudentes as perguntas anteriores, sobretudo se se considera que “macroestrutura” é tudo aquilo que tem a ver com a progressão vertical do dicionário.

Uma prova da falta de critérios integradores no conceito de “macroestrutura” são, por exemplo, as informações fornecidas pelos dicionários de lexicografia. Assim, para Hartmann, James (2001, s.v. *macrostructure*) o conceito de “macroestrutura” está atrelado a um problema de estrutura de acesso, que, neste caso, é a ordenação alfabética. Em Martínez de Souza (1995, s.v. *macroestructura*), por outro lado, há uma maior diferenciação em relação a este conceito. “Macroestrutura” diz respeito tanto ao universo léxico que o dicionário deve conter,

¹ Por razões de espaço, não trataremos nesta oportunidade os problemas da polissemia e homonímia, assim como dos empréstimos e neologismos.

como à ordenação e tratamento da nominata. Landau (2001: 99 e ss.), finalmente, é um dos poucos autores que dão um escopo maior ao conceito, ao considerar que o tratamento da homonímia, as subentradas (“run-on entries”), os critérios de lematização e o número de verbetes constituem problemas que podem ser chamados de “macroestruturais”. Porém, na sua exposição, misturam-se também problemas próprios do plano microestrutural, tais como aspectos relativos ao comentário de forma, o comentário etimológico, etc. Nestas condições, não é possível estabelecer com absoluta certeza até que ponto os parâmetros propostos por Landau (2001) têm um caráter definidor e programático em relação ao universo léxico que se deseja dicionarizar.

3 Parâmetros definidores da Macroestrutura do dicionário de língua

3.1 Definição macroestrutural e usuário

Já desde a década de 80 existe um consenso entre os especialistas de que os dicionários não podem seguir sendo prioritariamente dicionários “polifuncionais”, ou seja, dicionários que almejam dar conta de todo o léxico de uma língua (o que, aliás, é muito difícil), mas sim devem ser concebidos com objetivos e público-alvo específicos. Em outras palavras, o dicionário deve ser “monofuncional”. Em relação

ao usuário (seu potencial público-alvo), Wiegand (1977: 59) definiu-o como “der bekannte Unbekannte” [o ilustre desconhecido], já que raramente (ou quase nunca) o lexicógrafo situa-se na perspectiva do consulente de uma obra lexicográfica. Até agora não existem trabalhos conclusivos sobre o perfil do usuário (cfr. Hartmann (2001:80 e ss.)), mas é possível estabelecer já “a priori” certos traços que o caracterizam: por exemplo, o usuário deseja percorrer o menor caminho possível para procurar informação dentro de um dicionário. Também é possível pensar que o usuário outorga ao dicionário o “status” de uma autoridade sancionadora em matéria idiomática (“como se escreve corretamente uma palavra determinada”, “se para uma palavra são apresentadas duas formas, qual a mais correta”, etc.). Além disso, é para se perguntar que tipo de informação o usuário espera encontrar no dicionário e que tipo de informação o dicionário efetivamente tem que fornecer e qual não.

3.2 Tipo de dicionário e número de entradas

Até agora, a metalexicografia não conseguiu estabelecer uma taxonomia completa e exaustiva das obras lexicográficas. Os esforços taxonômicos de Haensch (1982), Hausmann (1985), Martínez de Souza (1995), Hartmann, James (2001, s.v. *typology*), e Landau (2001),

ainda que cada um aporte novas perspectivas frente ao problema, revelam-se sempre insuficientes diante da complexidade fenotípica dos dicionários.

Nestas condições, julgamos que a relação básica que se pode estabelecer entre dicionário e usuário deve enquadrar-se em um princípio lingüístico e outro fenomenológico. Do ponto de vista lingüístico, tomamos como ponto de partida o duplo caráter do signo lingüístico e assim falamos na complementariedade entre semasiologia e onomasiologia, isto é, uma perspectiva que parte do significante procurando dar conta de um significado, ou uma perspectiva que vai do significado tentando dar conta do significante que o realiza. No primeiro caso, estamos diante de um dicionário semasiológico. No segundo, diante de um dicionário onomasiológico. O princípio fenomenológico escolhido, por outro lado, é o que Hartmann (2001: 69) chama de “tamanho e conteúdo” [shape and content]. Em relação a este último aspecto, Landau (2001) propõe 5 genótipos de dicionários segundo o tamanho, que vão desde o “unabridged” do tipo *Webster’s Third New International Dictionary* (1961), com uma nominata de 450.000 verbetes, até o dicionário de encadernação em brochura. Para os primeiros quatro tipos de dicionários são oferecidos cálculos estimativos em relação à quantidade de verbetes que cada um pode conter. As cifras

oscilam entre os 450.000 verbetes (o caso de *Webster’s Third New International Dictionary* (1961)) até as 60.000 a 80.000 entradas do “desk dictionary”, que corresponde ao “dicionário de la lengua” da tradição hispânica. Curiosamente, para o último segmento da série, isto é, para o dicionário em formato de brochura, Landau (2001:31) abandona totalmente o critério numérico em favor de um critério de classificação baseado nas dimensões do livro. A taxonomia revela-se, assim, incompleta. Porém, a maior dificuldade de utilizar um modelo classificatório com estes parâmetros está na disponibilidade morfológica que cada língua apresenta. Na nossa opinião, o critério quantitativo só tem certo valor discriminante se utilizado em relação a línguas que apresentam tipológica e geneticamente um alto grau de similaridade. Assim, por exemplo, línguas como o alemão e o inglês apresentam uma marcada tendência à formação de compostos e uma riquíssima morfologia derivacional. Schlaefler (2002: 47-48), por exemplo, contabiliza um total de 107 formas derivadas e compostas a partir do primitivo *Wetter* “tempo atmosférico” e a variante não livre *-witter-*. Tais casos não são nada incomuns nem no inglês, nem no alemão. No *Webster’s Collegiate Dictionary* (1998), por exemplo, há 135 verbetes que são derivados ou compostos de *high*. Ferreira (1999), por outro lado, registra somente 40 verbetes que incluem a forma *alto*.

Acreditamos que o critério fenomenológico pode apresentar uma formulação baseada na seguinte oposição:

1. Dicionário de língua abrangente: dicionário de inventário aberto, tais como *Oxford English Dictionary* (1989), o *Große(s) Wörterbuch der deutschen Sprache in zehn Bänden* (1999) ou o *Grand Larousse de la Langue Française* (1971-1978).

2. Dicionário de língua seletivo: para qualquer outro tipo de dicionário de inventário não aberto faz-se necessário criar parâmetros de seleção macroestrutural.

3.2.1 A constituição da macroestrutura no dicionário de língua

3.2.1.1 Seleção macroestrutural quantitativa

3.2.1.1.1 Critério estatístico

Na tradição do dicionário *Collins Cobuild* (1995), um critério de seleção macroestrutural poderia estar ancorado na representação estatística do léxico. Para tal efeito, estabelece-se uma escala de frequência de unidades léxicas e calcula-se um número mínimo de ocorrências. Uma frequência menor ao número mínimo de ocorrências implica que essa unidade léxica não aparecerá na nominata do dicionário.

3.2.1.1.2 Critério(s) sin- ou (dia)sistêmicos

Outro critério para estabelecer os limites da densidade léxica a ser dicionarizada é usar a sincronia como variável. Os intervalos de tempo mais empregados são os de algumas dezenas de anos. Para o português do Brasil conta-se agora com Borba (2002).

Junto com este parâmetro eminentemente sincrônico, pode-se empregar parâmetros complementares, tais como uma perspectiva sintópica frente a uma diatópica, uma perspectiva sinstrática v/s uma diastrática, uma sinfásica v/s uma diafásica, etc. É necessário salientar, porém, que a inclusão de alguns destes parâmetros complementares só é possível se se conta com instrumentos confiáveis de coleta e análise dos dados. No caso do Brasil, por exemplo, as marcações diatópicas não poderão ter uma confiabilidade total (pelo menos algumas delas) até que o *ALIB (Atlas lingüístico do Brasil)* esteja pronto². O mesmo pode-se dizer de fenômenos socioletais como a gíria. Por outro lado, uma distinção diatópica de menos abrangência e que corresponda à norma culta pode dar melhores resultados.

Naturalmente, é perfeitamente possível combinar os dois critérios descritos acima.

² Para um panorama de conjunto da realidade dialetal do Brasil, v. Leite, Callou (2002).

Neste caso, obtém-se uma macroestrutura de alta densidade em quanto amostra real da língua de “hoje”.

3.3 Seleção macroestrutural qualitativa:

Tipos de unidades que podem fazer parte da macroestrutura.

Consultando os dicionários tidos como “dicionários da língua” nas tradições lexicográficas brasileira e espanhola, para citar dois exemplos, é possível constatar uma série surpreendente de formas que constituem entradas ou, dito em termos mais técnicos, elementos lematizados. Em Michaelis (1998, s.v.s.), por exemplo, encontramos os lemas *y* “segunda incógnita”, *usque* “até” e acrônimos como *GUI* “interface gráfica de usuário”. Em Ferreira (1999, s.v.s.), por outro lado, aparecem até siglas como *Chesf* “Companhia Hidrelétrica do São Francisco” e *USP*, para citar dois exemplos. Nos dicionários de língua espanhola, existe também a tendência a incorporar acrônimos, tais como *AVE* “trem de alta velocidade”, *ISBN*, *IVA* etc. (cfr DRAE (2001, s.v.))³. Praticamente em todos os dicionários é possível encontrar, em maior ou menor medida, exemplos similares. Cabe perguntar-se que tipo de unidades tem realmente um lugar na macroestrutura do

dicionário.

Em função da heterogeneidade de elementos que de fato são lematizados no dicionário é que propomos a seguinte taxonomia de suportes de elementos-guia (“Leitelementträger” (Wiegand (1989:372))), que são os únicos que julgamos passíveis de lematização⁴:

- I. Lexemas plenos (“palavras”) [type / token]
 - I.1. simples
 - I.1.1. nomes comuns
 - I.1.2. nomes próprios
 - I.2. compostos⁵
- II. raízes* [type / token]
- III. prefixos* [type / token]
- IV. sufixos* [type / token]

A taxonomia de suportes de elementos-guia apresenta as seguintes particularidades:

⁴ Com asterisco (*) marcamos categorias de signos- lema que apresentam especiais problemas e que nem sempre são passíveis de lematização. Nossa relutância a sua incorporação está em direta relação com problemas morfofonológicos que uma ou outra língua possam apresentar.

⁵ Esta categoria é especialmente complexa na lexicografia brasileira, não havendo até agora uma doutrina coerente para seu tratamento no dicionário. Borba (2003) oferece um panorama bastante didático sobre o tratamento dos compostos, embora o seu tratamento em Borba (2002) não se compare totalmente com as próprias propostas metodológicas.

³ Em um dicionário de língua alemã (DUW (1996, s.v.)), encontramos até o nome próprio *Hong Kong*.

primeiramente, acreditamos que se faz necessário distinguir entre “type” (genótipo, protótipo ou forma canônica) e “token” (variante ou forma de menos prestígio)⁶. Em toda língua natural, por exemplo, existe sempre uma disputa entre empréstimos que se adaptam aos contornos fonológicos da língua que os recebe e as suas realizações mais conservadoras, que correspondem à língua de onde vêm⁷. Isto explica as formas *eubá* / *egbá*⁸ (ioruba), *biju* / *beiju* (tupi), *arquete* / *archete* (francês), *quatorze*, *catorze* (latim). O problema para o lexicógrafo é qual delas será considerada a forma canônica ou “type” e qual a variante ou “token”. Ferreira (1999, s. vs.), por exemplo, escolheu o critério etimológico, ou seja, a transliteração mais próxima da língua de origem dos empréstimos. Este critério é perfeitamente lícito, mas distorce um fato que as próprias formas evidenciam, isto é, que independentemente da forma etimológica, a comunidade idiomática pode ter escolhido como forma canônica aquela mais próxima do seu próprio “Sprachgefühl” [sentimento lingüístico]. Dessa forma, produziu-se uma tensão desnecessária entre a norma real, produto da atividade lingüística de toda a comunidade, e a norma ideal, proposta pelo

dicionário. É para se perguntar se não seria melhor considerar *arquete* e *catorze* como “type” e as suas formas cultas como “token”. Houaiss (2001, s. v.), por exemplo, considerou *archete* como “type”, mas na paráfrase definidora utiliza-se da forma *arquete*, o que evidencia que a forma não marcada, canônica, é esta última e não a forma francesa. No que diz respeito a *quatorze* / *catorze*, Houaiss (2001) escolheu também a forma vernácula e não a forma latina.

Em outros casos, a distinção entre “type” e “token” está atrelada, por exemplo, a variações diatópicas. Em Ferreira (1999, s. v. *contiguidade*) há uma remissão à forma com trema *contigüidade*, de maior legitimidade no Brasil⁹. Também pode acontecer que a distinção entre a forma canônica e a variante seja pura sutileza filológica e não faça sentido estabelecer uma diferença entre “type” e “token”. Novamente em Ferreira (1999), por exemplo, aparece a forma *ajorca* que remete a *axorca*. Uma análise da etimologia permite concluir que p. *axorca* é um empréstimo do espanhol e já bastante antigo na língua portuguesa. É evidente que a forma *axorca* é o resultado da acomodação da escritura para o respaldo fonológico da velar surda. Portanto, manter como entrada *ajorca* (ainda que seja remissão) não faz sentido.

Em relação aos nomes próprios, consideramos que eles não têm lugar na macroestrutura do dicionário da língua, o que não quer dizer que não tenham direito de existência

⁶ Para este conceito, v. Dubois et alii (1999, s. v. *type*). Esta distinção é aplicável a qualquer classe de suportes de elementos-guia.

⁷ Uma análise sobre a incorporação de empréstimos do espanhol no português pode ser encontrada em Bogueño (2002).

⁸ Fornecemos entre parênteses a origem em cada caso.

⁹ A forma sem trema é a do português de Portugal.

em outro lugar do dicionário. O seu lugar é, na nossa opinião, no “Back Matter”, formando parte, por exemplo, de uma lista onomástica. A única exceção que poderia justificar, talvez, a lematização de um nome próprio na macroestrutura seria o eventual valor lexicográfico que o nome próprio poderia ter.

A inclusão de raízes, por outro lado, depende muito da coerência que apresente uma teoria geral da amálgama morfofonológica em uma língua natural.

Em relação aos sufixos, Sandmann (1990, apud Biderman (2000: 32)) faz uma série de críticas ao seu tratamento em Ferreira (1999), demonstrando que a exposição feita sobre esta categoria é insuficiente no dicionário. Outro tanto se pode dizer dos compostos, cuja lematização parece não obedecer a um critério coerente.

Pela nossa parte, gostaríamos de detemos no tratamento dos prefixos. Julgamos que a lematização de prefixos faz sentido somente se eles constituem um recurso real de produtividade dentro de um mesmo sistema. Confrontando o tratamento do prefixo *a-* em Michaelis (1998), Ferreira (1999) e Houaiss (2001), por exemplo, deparamo-nos com um panorama bastante heterogêneo. O primeiro destes dicionários conta com 4 entradas para o prefixo *a-*; Ferreira (1999), por outro lado, distinguiu 5 formas, enquanto que Houaiss (2001) reuniu todos os valores dentro de um mesmo artigo. Em outras palavras, tanto Michealis (1998) como Ferreira (1999)

optaram por um critério “homofônico”. Houaiss (2001), ao contrário, escolheu uma solução “polissêmica”. Em relação a este último dicionário, desconfiamos da solução escolhida, já que as divergências de significação são, às vezes, muito grandes (o mesmo sufixo pode significar “aproximação” ou “afastamento”). Segundo as orientações mais recentes da metalexigrafia francesa, principalmente, o apropriado seria ter um tratamento homofônico do sufixo. Por outro lado, as soluções apresentadas por Michaelis (1998) e Ferreira (1999) também são altamente insatisfatórias. Um exame detalhado de algumas das formas lematizadas do sufixo *a-* revelam, por exemplo, que não se trata de opções de derivação que possam ser utilizadas na língua portuguesa. Assim, por exemplo, *a*⁻² em Michaelis (1998, s.v.) não é um prefixo vernáculo, mas corresponde à forma latina *ad-*, que sofreu redução do latim ao português (ou seja, no latim criou-se uma derivação com o prefixo *ad-*, que na mutação latino-românica perdeu o *-d-*). Outro tanto se pode dizer da forma *a*⁻³ presente no mesmo dicionário. Até os exemplos fornecidos no interior do verbete revelam que não se fez distinção clara entre um processo de derivação vernácula e outro que já acontecera no latim. S.v. *a*⁻³ em Michaelis (1998) oferece-se como exemplo de derivação a forma *amovível*. Curiosamente, procurando esse verbete no mesmo dicionário, o comentário etimológico indica que a base é *amover*+ *ível*, o que, por sua vez, também está

errado, já que se trata, na verdade, de um cultismo (1ª doc., s. XVI). Em Ferreira (1999, s.v. *a-'*) agiu-se com o mesmo princípio e forneceu-se o mesmo exemplo.

Em síntese, a pertinência de inventários de prefixos na macroestrutura faz sentido desde que sejam respeitados os seguintes princípios:

a) os prefixos devem corresponder realmente a opções morfológicas dentro do mesmo sistema

b) por uma questão de clareza, é apropriado que se lematize por um critério de homofonia, baseado na diferenciação de significação.

c) a incorporação de prefixos na macroestrutura só faz sentido se os procedimentos de amálgama morfofonológica não oferecem dificuldades.

3.4 Critérios de lematização: a disposição alfabético-progressiva

3.4.1 Disponibilidade do alfabeto

Neste quesito deve-se estabelecer uma hierarquia em relação ao uso das letras. O critério está orientado pela maior proximidade em relação à disponibilidade das letras no alfabeto da língua vernácula. Faz-se necessário distinguir entre:

3.4.1.1 As letras canônicas do alfabeto.

No caso da língua portuguesa, trata-se de 23 letras, as quais, porém, não dão conta de todas as ocorrências possíveis de lematização. Logo voltaremos a tratar desta particularidade (v. nota nº 11).

3.4.1.2 As letras canônicas do alfabeto, mas com restrições de uso do ponto de vista fonológico e/ou ortográfico.

A língua espanhola, por exemplo, conta com uma nasal alveolar, sonora /n/. Porém, para fins de disposição lematizada, a letra [ñ] que representa tal fonema alveolar, sonoro, é uma letra “exógena” dentro do dicionário, já que nesta língua o fonema /n/ não aparece nunca em posição inicial absoluta em palavras vernáculas. O universo léxico de palavras que começam por [ñ] está constituído em sua quase totalidade por empréstimos (as exceções são as chamadas “palavras expressivas”, tais como *ñaque* “conjunto de coisas inúteis”, empréstimos do italiano como *ñoqui* ou formas regressivas como *ñoño* [lat. *nonnus*]). Ditos empréstimos vêm quase todos das línguas ameríndias (com a única exceção de *ñame*). Na língua portuguesa, por outro lado, é possível encontrar também uma situação parecida com o dígrafo [lh], que, canonicamente, aparece sempre em posição interior de palavra. Ferreira (1999) registra

11 casos de palavras que começam por [lh]. Em mais da metade dos casos, trata-se de acomodações aos padrões fonológicos do português de empréstimos do espanhol que começam por [ll-], dígrafo que não existe em português.

O espanhol, mais uma vez, permite provar quão pouco óbvia é a disposição do alfabeto em relação à ordenação macroestrutural. Ao longo de mais de cem anos, tem sido motivo de longa controvérsia o lugar que ocupam os dígrafos [ch] e [ll] na disposição alfabética do dicionário da língua. Tradicionalmente, a lexicografia hispânica deu a esses dígrafos um lugar próprio dentro do dicionário¹⁰, ao associar cada um deles com um fonema específico. Neste caso, com a palatal africana, surda oral [c] e a dupla lateral, sonora [ll], respectivamente. Porém, a partir de *Ortografía* (1999) (edição prescritiva da ortografia da língua espanhola e publicada pela própria Real Academia de la Lengua Española) voltou-se a considerar que se trata simplesmente de dígrafos. Portanto, as palavras que começam por estas letras devem ficar agrupadas dentro da progressão alfabética correspondente às letras [c] e [l], respectivamente. No entanto, é curioso constatar que na vigésima-segunda edição do *Diccionario de la lengua española* (2001), a própria Academia, ainda que tenha acabado

com as letras [ch] e [ll] como letras independentes, e portanto não constituindo suportes de elementos-guia, reservou para elas um espaço separado dentro das letras [c] e [l] do próprio dicionário. Ou seja, constituem, de fato, suportes de elementos-guia (com os mesmos elementos gráficos das demais letras, isto é, a marcação gráfica em tipo maiúsculo e em negrito).

3.4.1.3 Princípios funcionais entre maiúsculas e minúsculas

Em algumas línguas existe um princípio de oposição funcional entre o uso de maiúsculas e minúsculas em relação à primeira letra do signo-lema. Nas línguas românicas e em línguas como o holandês e o polonês, por exemplo, esse princípio permite a oposição entre o nome comum e o nome próprio, que como vimos, tem um lugar muito restrito na macroestrutura do dicionário. Em outras línguas, como o alemão, tal oposição não existe nesses termos, já que todos os nomes (comuns e próprios) vão grafados com maiúscula. Neste caso, a funcionalidade na oposição maiúscula e minúscula é dada pela diferença de classe morfológica. Por exemplo, no alemão estabelece-se uma oposição entre *flott* (adj.) “flutuante” e *Flott* (n.) “gordura do leite”.

Ainda na segunda edição de Ferreira (1996), por exemplo, o nome *Júpiter* estava grafado com maiúscula, enquanto que o nome

¹⁰ Desde a quarta edição do *Diccionario de la lengua española* (1803).

*mar*te estava em minúscula, sem que se entenda que valor funcional que oporia os dois nomes. Com alguns empréstimos acontece a mesma coisa. Como foi dito já, no alemão tanto os nomes comuns quanto os próprios vão com maiúscula, o que não se aplica ao português. No entanto, o empréstimo *Krash*, um erro de avaliação etimológica, aliás, vinha grafado com maiúscula na segunda edição de Ferreira (1996)¹¹.

3.5 Disposição lemativa

Em função da ordenação alfabética que caracteriza o dicionário da língua, a disposição lemativa mais comumente empregada é a estrita progressão alfabética com entrada simples. Isto significa que cada programa constante de informações está associado a um lema, conformando também um único bloco de texto isolado. Wiegand (1989: 383) fez uma classificação das possíveis formas de ordenação da disposição lemativa da macroestrutura do

dicionário da língua em que estabelece três opções:

1. uma estrutura lisa, que é aquela adotada pela maioria dos dicionários.
2. uma estrutura de nicho léxico, na qual se integram num único bloco de texto todas as formas lematizadas que apresentam uma base etimológica comum. Neste tipo de estrutura, lematiza-se a partir do primitivo. Todos os lemas que ficam dentro do bloco constituem sub-entradas.
3. uma estrutura de ninho léxico, que apresenta dois blocos divididos ou separados por elementos lemativos “regressivos” em relação à progressão alfabética.

Na proposta de Wiegand (1989), tanto a estrutura lisa como a estrutura de nicho léxico apresentam como traço característico a preservação estrita da progressão alfabética, o que vai ao encontro da comodidade na busca de informação por parte do usuário¹². Na terceira possibilidade, no entanto, é necessário treinar o usuário para uma busca rápida e eficaz.

Como exemplo fornecemos o artigo *capanga* em Ferreira (1999, s.v.), primeiramente, na sua apresentação de ordenação alfabética isolada e depois na sua possível ordenação agrupada ou compacta. Esta disposição apresenta também uma outra vantagem: permite separar bem os procedimentos de derivação dentro de um mesmo sistema lingüístico (disponibilidade morfológica real) dos casos que

¹¹ Neste quesito produz-se um impasse em Ferreira (1999, s. vs). Como foi dito, na língua alemã, os nomes comuns vão grafados com maiúscula. A lematização de empréstimos dessa língua no dicionário foi feita com minúscula (*kirsch*, *kitsch*., *kümmel*, etc.), ainda que no pós-comentário de forma se indica que a palavra se escreve com maiúscula. O dicionário deve optar: ou se aceita que o empréstimo deve se adaptar às regras do português, ou se reconhece que se trata de um estrangeirismo, situação diante da qual a palavra deveria vir grafada como na língua original, ou seja, em maiúscula.

¹² V. apêndice no final do trabalho.

são empréstimos ou casos de derivação de sistemas anteriores (o latim, por exemplo). Propomos que, nos processos de derivação vernácula, marque-se o sufixo não com uma indicação etimológica, mas sim com um traço vertical, enquanto que se deixa o comentário etimológico para os casos que correspondem a outros sistemas de língua.

No caso dos prefixos, a situação é um pouco mais complexa, já que a prefixação rompe completamente com a ordenação alfabética estrita no caso da ordenação lexicográfica integrada em um único bloco a partir do primitivo. Deve-se escolher, portanto, a agrupação livre, o que, por outro lado, dificulta a busca para o consulente das nossas tradições lexicográficas.

Referências bibliográficas

- BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário de uso do português brasileiro**. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. **Organização de dicionários. Uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Aurélio: Sinônimo de dicionário?. **Alfa** 44. São Paulo, (:27-55), 2000.
- BUGUEÑO, Félix. Algumas considerações preliminares para um levantamento de empréstimos do espanhol no português. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). **Para a história do português brasileiro**. Volume III: Novos estudos. São Paulo: Humanitas, 329-339, 2002.
- DUBOIS, Jean et alii. **Dictionnaire de linguistique et des sciences du langage**. Paris: Larousse, 1999.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXXI: O dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- HAENSCH, Günther. **La lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982.
- HARTMANN, R.R.K. **Teaching and researching lexicography**. London: Longman, 2001.
- HARTMANN, R.R.K., JAMES, Gregory. **Dictionary of lexicography**. London: Routledge, 2001
- HOUISS, Antônio. **Dicionário Houiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LANDAU, Sidney. Dictionaries. **The art and craft of lexicography**. Cambridge: CUP, 2001.
- LEITE, Yonne, CALLOU, Dinah. **Como falamos brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- MARTINEZ DE SOUZA, José. **Diccionario de lexicografía práctica**. Barcelona: Bibliograf, 1995.

MICHAELIS. **Dicionário Michaelis da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

ORTOGRAFIA. Real Academia española. **Ortografía de la lengua española**. Madrid: Espasa-Calpe, 1999.

REY-DEBOVE, Josette. **Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains**. The Hague, Paris: Mouton, 1971.

SCHLAEFER, Michael. **Lexikologie und Lexikographie**. Berlin: Erich Schmidt, 2002.

WIEGAND, H.E. Nachdenken über Wörterbücher: Aktuelle Probleme. In: DROSDOWSKY, Günther et alii. **Nachdenken über Wörterbücher**. Mannheim: Bibliographisches Institut, 51-102, 1977.

_____. Aspekte der Makrostruktur im allgemeinen eisprachigen Wörterbuch: alphabetische Anordnungsformen und ihre Probleme. In: HAUSMANN, Franz Joseph, REICHMANN, Oskar, WIEGAND, Herbert Ernst, ZGUSTA, Ladislav (Hrsgn.). **Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie** Band I. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 371-409, 1989.

Apêndice

Estrutura lisa
[Glattstruktur]

capanemense. *Adj.* 2g. **1.** De, ou pertencente ou relativo a Capanema (PA e PR) · *S.* 2g. **2.** O natural ou habitante de Capanema.

capanga [de or. afr.] *S.f.* **1.** *Bras.* Espécie de bolsa pequena que os viajantes usam a tiracolo para conduzir pequenos objetos. **2.** *Bras. Neol.* Pequena bolsa de mão, usada, sobretudo, por homens. **3.** *Bras. Rel.* Capanga (1) us. como atributo (2) por Oxoço, Oxaguiã e Logunedé. · *S.m.* **4.** *Bras. BA MT* Valentão (1) que se coloca ao serviço de quem lhe paga [Sin., nesta acepç.: *cabra, cabra-de-peia, cacundeiro, curimbaba, espoleta, guarda-costas, jagunço, mumbava, peitolargo, pistoleiro, quatro-paus, satélite, sombra*] **5.** *Bras. BA MT* O montante das compras de diamantes, feitas pelos capangueiros, partida de diamantes. · **Capanga de Oxóssi.** *Bras. BA Rel.* O fetiche de Oxóssi.

capangada. [de *capanga* + *-ada*¹.] *S.f.* *Bras.* Agrupamento de capangas; capangagem.

capangagem. [De *capanga* + *-agem*²] **1.** Ação de capanga (3). **2.** Capangada.

capangar. [De *capanga* + *-ar*².] *V. int.* *Bras.* Comprar diamantes dos capangueiros; exercer a profissão de capangueiro.

[Conjug.: v. *largar*].

capangueiro. [De *capanga* + *eiro*] *S.m. Bras.*

MA MG GO MT Indivíduo que vive da compra de diamantes e carbonados, feita diretamente aos garimpeiros: 📖 “Quando eu ajudava na farmácia do meu pai, ele já era capangueiro, viajava pelas lavras comprando diamantes para o cunhado dele” (Helena Morley, *Minha Vida de menina*, p.21).

capão¹. [Do lat. vulg. **cappone* < *capone*] *S.m.* **1.** Frango capado. **2.** Cavalo castrado. **3.** *Bras. RS* Cordeiro castrado. **4.** *Bras. PR* Porco castrado. **5.** *Bras. Zool. V. peixe-galo.*

Ferreira (1999, s.v.)

Estrutura de nicho léxico

[Nischenstruktur]

capanemense. *Adj. 2g.* **1.** De, ou pertencente ou relativo a Capanema (PA e PR) • *S. 2g.* **2.** O natural ou habitante de Capanema.

capanga [de or. afr.] *S.f. Bras.* **1.** Espécie de bolsa pequena que os viajantes usam a tiracolo para conduzir pequenos objetos. **2.** *Neol.* Pequena bolsa de mão, usada, sobretudo, por homens. **3.** *Rel.* Capanga (1) us. como atributo (2) por Oxoce, Oxaguiã e Logunedé. • *S.m.* **4.** *BA MT* Valentão (1) que se coloca ao serviço de quem lhe paga **5.** *BA MT* O montante das compras de diamantes, feitas pelos capangueiros, partida de diamantes. ♦ ~ **de Oxóssi.** *BA Rel.* O fetiche de Oxóssi. **capang|ada.** *S.f.* Agrupamento de

capangas. **capang|agem.** **1.** Ação de capanga (3). **2.** Capangada. **capangar** *V.int. 1.* Comprar diamantes dos capangueiros. **2.** Exercer a profissão de capangueiro. [Conjug.: v. *largar*]. **capang(u)eiro.** *S.m. MA MG GO MT* Indivíduo que vive da compra de diamantes e carbonados, feita diretamente aos garimpeiros.

capão¹. [Do lat. vulg. **cappone* < *capone*] *S.m.* **1.** Frango capado. **2.** Cavalo castrado. **3.** *Bras. RS* Cordeiro castrado. **4.** *Bras. PR* Porco castrado. **5.** *Bras. Zool. V. peixe-galo.*

(Nossa proposta de estruturação do artigo)

oportunidade [Do lat. *opportunitate*.] *S.f.*

1. Qualidade de oportuno. **2.** Ocasão, ensejo, lance. **3.** Circunstância adequada ou favorável; conveniência: *Não tinha certeza da oportunidade de dar o despacho.* **Na oportunidade de** *V. por ocasião de.*

oportunismo [De *oportuno* + *-ismo*.] *S.m.*

1. Acomodação e aproveitamento das circunstâncias para se chegar mais facilmente a algum resultado. **2.** Sistema político em que a tática principal é a acomodação às circunstâncias, a transigência adequada nos fatos e acontecimentos momentâneos, para a consecução de seus objetivos.

oportunista [De *oportuno* + *-ista*.] *Adj. 2*

g. 1. Relativo ao, ou que é partidário do oportunismo. **2.** Que aproveita as oportunidades. **S. 2 g. 3.** Partidário do oportunismo. **4.**

Pessoa que aproveita as oportunidades.

oportunistico [Do ingl. *opportunistic*.] **Adj.**

~ V. *infecção* —a.

oportuno [Do lat. *opportunu*.] **Adj.** **1.** Que vem a tempo, a propósito, ou quando convém; apropriado. **2.** Cômodo, favorável.

Ferreira (1999, s.v.)

oportunidade [Do lat. *opportunitate*.] **S.f.**

1. Qualidade de oportuno. **2.** Ocasão, ensejo, lance. **3.** Circunstância adequada ou favorável; conveniência: *Não tinha certeza da oportunidade de dar o despacho.* **Na oportunidade de V. por ocasião de.** **oportun|ismo S.m.** **1.** Acomodação e aproveitamento das circunstâncias para se chegar mais facilmente a algum resultado. **2.** Sistema político em que a tática principal é a acomodação às circunstâncias, a transigência adequada nos fatos e acontecimentos momentâneos, para a consecução de seus objetivos. **oportun|ista Adj. 2 g.** **1.** Relativo ao, ou que é partidário do oportunismo. **2.** Que aproveita as oportunidades. **S. 2 g.** **3.** Partidário do oportunismo. **4.** Pessoa que aproveita as oportunidades. **oportunistico** [Do ingl. *opportunistic*.] **Adj.** ~ V. *infecção* —a. **oportuno** [Do lat. *opportunu*.] **Adj.** **1.** Que vem a tempo, a propósito, ou quando convém; apropriado. **2.** Cômodo, favorável.

(Nossa proposta de estruturação do artigo)

BRANCA